

# Superior Tribunal de Justiça

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.655 - PR (2019/0354154-5)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DA QUARTA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO PARANÁ  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
**INTERES.** : ALCINDO MARIOT SPRICIGO  
**ADVOGADO** : THAIS PIRES GONÇALVES TRETER - PR080440  
**INTERES.** : CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE  
**INTERES.** : MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

### DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o **Juízo da Quarta Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná** (suscitante) e o **Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região** (suscitado), nos autos da reclamação trabalhista ajuizada por Alcindo Mariot Spricigo em desfavor do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento dos Municípios do Extremo Oeste, bem como do Município de Foz do Iguaçu/PR.

A ação foi proposta perante o Juízo Trabalhista, que rejeitou os pedidos da inicial. O Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, por sua vez, admitiu o recurso ordinário e acolheu a preliminar para reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho, sob o argumento de que *"a contratação de pessoal sob o regime da CLT é prevista em lei apenas para a hipótese de consórcio público revestido de personalidade jurídica de direito privado, o que não é o caso dos autos"* (fl. 313).

Recebidos os autos, o Juízo do 2º Juizado Especial da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu julgou improcedente o pedido da inicial. Interposto recurso inominado, a 4.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Paraná também declinou da competência por entender que *"a relação jurídica firmada é sob a égide da Consolidação das Leis Trabalhistas"* (fls. 2/4).

Essa a origem do presente conflito de competência.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Presente a condição prevista no art. 66, II, do CPC, bem como satisfeita a exigência inserta no art. 954 do diploma processual com as peças apresentadas, conheço do presente conflito de competência.

Quanto à questão de fundo, esta Corte tem entendido que a competência para processar e julgar as causas instauradas entre os agentes administrativos e os entes públicos a que servem é determinada pela **natureza jurídica do vínculo entre as partes**, de modo que a relação celetista fixa a competência da Justiça do Trabalho, assim como as relações de cunho estatutário ou jurídico-administrativa determinam a competência da Justiça Comum, Estadual ou Federal, conforme o caso.

Nos autos que deram origem ao presente conflito, o autor, Alcindo Mariot Spricigo, alega haver sido admitido pelo Município na data de 10/01/2014 e dispensado sem justa causa em 11/12/2015, período em que laborou sob **regime celetista**. Requer, essencialmente, verbas de cunho trabalhista.

Dentre os documentos apresentados no caderno processual, há cópias da carteira de trabalho do autor (fls. 33/37) e do termo de exoneração e quitação de rescisão do contrato de trabalho, com a informação de provimento celetista (fls. 41/43), documentos que, à primeira vista, justificam e robustecem a linha de fundamentação adotada pelo suscitante, no sentido de ser celetista a natureza da relação entre as partes.

Esses elementos, só por si, atraem a competência da Justiça do Trabalho, à luz do que dispõe o **art. 114, I e IX, da Constituição Federal**, com a redação dada pela EC n. 45/2004.

Por esse ângulo – relação de emprego público – a hipótese se amolda ao **princípio** contido na **Súmula n. 97/STJ**, *verbis*:

*Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

A propósito, em hipótese semelhante, decidiu a e. Primeira Seção desta Corte:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA INSTAURADO ENTRE JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR QUE SE BASEIAM EM NORMAS CELETISTAS. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE DESPROVIDO.*

*1. A determinação da competência para o processo e o julgamento das demandas envolvendo direitos decorrentes da relação de trabalho entre Servidores Públicos e a Administração Pública depende do vínculo estabelecido entre eles.*

*2. O STF, no julgamento da ADI 3.395/DF, em 05.04.2006, referendou liminar anteriormente concedida, que suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF, alterado pela EC 45/2004, que atribuísse à Justiça do Trabalho a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus Servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.*

*3. Tem-se, pois, que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum (Estadual ou Federal), ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça laboral o julgamento dos litígios daí advindos.*

*4. A definição da competência jurisdicional se dá em razão dos elementos identificadores ou constitutivos da demanda, a dizer, as partes, o pedido e a causa de pedir. No caso da Justiça do Trabalho, a causa de pedir é o elemento que atrai sua competência, esta relacionada com a fundamentação jurídica.*

*5. In casu, tendo em conta que o pedido e a causa de pedir da autora se baseiam em normas celetistas, é manifesta a competência da Justiça do Trabalho para o processamento e julgamento do feito.*

*6. Agravo Regimental do ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE desprovido.*

**(AgRg no CC 119.234/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 13/09/2012)**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**ANTE O EXPOSTO**, e fundamento no **art. 955, parágrafo único, do CPC**, bem como nas **Súmulas 97 e 568 do STJ**, decido, de plano, o presente conflito para declarar competente o **Tribunal Regional do Trabalho da 9.<sup>a</sup> Região**, o suscitado, para que, afastada a incompetência, prossiga no julgamento do recurso ordinário, decidindo-o como entender de direito.

Dê-se ciência desta decisão à Turma Recursal suscitante e ao Tribunal suscitado.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**  
Relator

